



Educação de surdos: repressões e conquistas

Deaf education: repressions and achievements

Cristina Simone de Sena Teixeira⁽¹⁾; Francielly da Silva Oliveira⁽²⁾;
Inalda Maria Duarte de Freitas⁽³⁾

Página | 2606

⁽¹⁾Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8082-7478>, CV: <http://lattes.cnpq.br/8530177424957875>, Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Cultura – PRODIC/ UNEAL, professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Traipu – Alagoas. E-mail: simonesos1@hotmail.com;

⁽²⁾Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3254-9263>, CV: <http://lattes.cnpq.br/9831815970586516>, especialista em Linguagem pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Arapiraca, Alagoas, Brazil. E-mail: francy.ely@hotmail.com

⁽³⁾Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8636-5964>, CV: <http://lattes.cnpq.br/4019879330387749>, Professora Dra. em Ciências da Educação. Arapiraca, Alagoas, Brazil. E-mail: inalda1150@hotmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 08 de outubro de 2020; Aceito em: 23 de janeiro de 2021; publicado em 31/05/2021. Copyright © Autor, 2021.

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma discussão acerca do “Congresso de Milão”, evento ocorrido numa época em que proibiu a língua de sinais no mundo e oprimiu a comunidade surda, que sofre danos até os dias atuais. A problemática que originou essa pesquisa questiona por que há falta de recursos didáticos que auxiliem os indivíduos com surdez em sua cultura, se existe Leis sobre o assunto? Assim, o objetivo buscou compreender a importância da cultura surda, alargando o conceito de inclusão, reforçando o tema e o uso das HQs, no processo ensino-aprendizagem. O trabalho está ancorado nos aportes teóricos de Marcuschi (2002), Silva (2018), Almeida e Cezar (2018) e outros. A metodologia que delimitou essa investigação ateu-se a uma abordagem qualitativa, utilizando-se do método da pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico através de fichamentos de todo material estudado sobre a história dos surdos. Usou-se a técnica de observação tendo como instrumento o roteiro para anotações sobre o contexto da sala de aula, onde foram vivenciadas dificuldades na interação professor/aluno nas atividades da língua portuguesa. Os resultados apontaram que as histórias em quadrinhos configuram recursos estimulantes e dinâmicos por conter linguagem mista e oportunizar vários tipos de leitura e interpretação. Conclui-se que apesar dos avanços conquistados com a aprovação da lei 10.436/2002, os sistemas educacionais parecem engatinhar morosamente nesse percurso.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência auditiva, Inclusão, Gênero textual.

ABSTRACT: The present work presents a discussion about the “Milan Congress”, an event that took place at a time when it prohibited the sign language in the world and oppressed the deaf community, which suffers damages until today. The problem that originated this research asks why there is a lack of educational resources to assist individuals with deafness in their culture, if there are laws on the subject? Thus, the objective sought to understand the importance of deaf culture, broadening the concept of inclusion, reinforcing the theme and the use of comics, in the teaching-learning process. The work is anchored in the theoretical contributions of Marcuschi (2002), Silva (2018), Almeida and Cezar (2018) and others. The methodology that outlined this investigation followed a qualitative approach, using the method of exploratory research and bibliographic survey through records of all material studied on the history of the deaf. Observation technique was used with the instrument as a script for notes on the context of the classroom, where difficulties in the teacher / student interaction in the activities of the Portuguese language were experienced. The results showed that comics are stimulating and dynamic resources because they contain mixed language and provide various types of reading and interpretation. It is concluded that despite the advances achieved with the approval of Law 10.436 / 2002, educational systems seem to be crawling slowly along this path.

KEYWORDS: Hearing impairment, Inclusion, Textual genre.

INTRODUÇÃO

Falar sobre a surdez é complexo e é um assunto que muito se tem discutido, atualmente, no processo de ensino e de aprendizagem. É no bojo desse debate, que o presente trabalho apresenta uma pesquisa acerca do “Congresso de Milão”, com efeito, a Lei 10.436/2002 reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais - Libras, no Brasil, caracterizando-a como canal de comunicação e expressão num sistema linguístico de natureza visual-motora, de estrutura gramatical própria, constituinte de um sistema linguístico capaz de transmitir ideias e fatos, provindos de comunidades de indivíduos surdos em território brasileiro.

Outras Leis como a 11.796/2008 que instituiu o dia 26 de setembro de cada ano, o Dia Nacional dos Surdos no Brasil; a 12.319/2010 que regulamentou a profissão de tradutor de intérprete da Libras e a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) vieram para fortalecer os direitos da comunidade surda em todo território nacional trazendo também avanços significativos na definição da deficiência¹. Todavia, ainda persistem algumas resistências no processo de transição de integração para o da inclusão.

Situados nessa esteira de bases legais, é pertinente ressaltar a problemática que deu sentido ao tema em estudo, bem como, as várias reflexões levantadas a partir das urgentes necessidades não só do estudante surdo como, de igual forma e relevância, do professor que postula habilidades específicas. Dentro dessa moldura, originou-se essa pesquisa que questiona por que há falta de recursos didáticos que auxiliem os indivíduos com surdez em sua cultura, se existem leis sobre o assunto?

Entretanto, as contribuições dessa legislação, desenvolvimento e adoção de estratégias fundamentais para tornar a comunicação dos surdos mais acessível, parece ser um sonho ainda distante. As escolas recebem as crianças surdas, mas não dão conta de ofertar o ensino necessário nem a sua aprendizagem. A problemática na maioria dos casos, reside na ausência de mão de obra especializada para o trabalho necessário a esse público.

¹ Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Destarte, já o objetivo buscou compreender a importância da cultura surda, alargando o conceito de inclusão, reforçando o tema e o uso das HQs, no processo ensino-aprendizagem, que constitui um caminho a ser trilhado.

A metodologia que delineou essa investigação ateve-se a uma abordagem qualitativa, foi utilizado o método da pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico através de fichamentos de todo material estudado sobre a história dos surdos. Usou-se a técnica de observação tendo como instrumento o roteiro para anotações sobre o contexto da sala de aula, onde foram vivenciadas dificuldades na interação professor/aluno nas atividades da língua portuguesa.

Vale ressaltar, que é histórico o desafio da educação dos surdos e suas raízes estão enfiadas num passado sombrio onde as pessoas surdas foram recorrentemente excluídas do convívio social durante séculos. Neste contexto, o percurso educacional forma três correntes metodológicas ou filosóficas: o oralismo (defendido no Congresso Internacional de Educação de Surdos em Milão, Itália, em 1880, que propunha desenvolver a fala em pessoas surdas, a comunicação total e o bilinguismo); a comunicação total (complementando o oralismo, consistia em usar qualquer que fosse a forma para resgatar a comunicação de pessoas surdas. Eram usadas as mímicas, os gestos, a linguagem de sinais e a leitura labial); e o bilinguismo (fazia uso da oralidade junto aos demais tipos de comunicação de forma simultânea, o uso combinado de fala e a linguagem de sinais dificultava o processo de aprendizagem).

Nesse percurso que traça fases importantes do processo histórico educacional das pessoas surdas, chega-se aos dias atuais e neles o incômodo e sensação de impotência em desenvolver o ofício de ensinar e alcançar a todos com a eficácia e qualidade que se deseja.

O presente trabalho surge como meio de expor a problemática para além das paredes da escola em que atuamos, buscando subsídios na literatura para lidar com a fundante tarefa de incluir, sem excluir as pessoas com surdez. Desse propósito, nasceu a pesquisa bibliográfica que deu origem a essa discussão e à idealização de atividades que portem a HQs para os alunos surdos e ouvintes, visando assim a participação dos mesmos em sala de aula, o aprendizado e a inclusão.

Para tanto, evocamos teóricos e estudiosos da área e legislação, na tentativa de adentrar por outras experiências e aprofundar o conhecimento a esse respeito.

A discussão inicia-se com uma breve explanação sobre “**o Congresso de Milão**” uma conferência que representou um momento obscuro da história dos surdos ao concluir que a educação oralista seria a mais apropriada em relação à língua gestual.

Na sequência trata-se sobre “**Recursos de divulgação no Congresso de Milão**”, na qual os autores abordam a história dos surdos e reflexões a respeito de recursos e ferramentas de aprendizagem que ajudam o professor no ensino bilíngue, mostrando razões para adotar o gênero textual História em quadrinhos – HQs, na prática pedagógica, como leituras atrativas para os estudantes.

A terceira seção discorre, especificamente, sobre “**o gênero histórias em quadrinhos (HQs)**”, onde proporcionamos uma breve discussão envolvendo teóricos e estudiosos como: Marcuschi (2005), Bakhtin (2000), Mirais (2009), Cesar (2015) entre outros.

Na quarta seção apresenta-se a “**Educação Inclusiva**” como um dos temas que estão no cerne dos debates e a escola, com a imprescindível função de evitar práticas discriminatórias, e responsável por criar alternativas para superá-las.

Na quinta seção, explana-se que o método de coleta de dados foi de cunho qualitativo, por meio de levantamento bibliográfico, numa abordagem exploratória e interpretativa sobre a história dos surdos. O percurso metodológico iniciou-se pela experiência com aluno surdo em sala de aula, que gerou questionamentos, reflexão, busca de aprimoramento em curso de Libras ofertado pelo Centro de Atenção às pessoas com Surdez – CAS e construção do presente trabalho.

Por fim, tece-se algumas considerações a respeito do tema tratado, apontando que, apesar dos avanços conquistados com a aprovação da lei 10.436/2002 e do Decreto-lei nº 5.626/2005, os sistemas educacionais continuam aquém do cumprir os direitos básicos essenciais dos surdos.

O CONGRESSO DE MILÃO

O Congresso de Milão foi um evento internacional ocorrido no ano de 1880 para educadores de estudantes surdos. Uma conferência que representou um momento obscuro da história dos surdos ao concluir que a educação oralista seria a mais

apropriada em relação à língua gestual. Foi nesse congresso, organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas (todos defensores do oralismo puro), que houve uma votação proibindo oficialmente a língua dos sinais na educação de surdos. Nenhuma outra ocorrência na história da educação de surdos teve tão grande impacto nas vidas e na educação desses povos.

Nessa época, rememora Cristiano (2017), acreditava-se na superioridade da língua falada, considerando as línguas gestuais (quase extinta) um retrocesso na evolução da linguagem.

Dos países participantes, consoante aos dizeres de Strobel (2009, p. 29), os únicos contra a proibição da língua de sinais eram os Estados Unidos e Grã Bretanha, num evento que prenunciava a vitória do oralismo puro em razão do predominante número de ouvintistas presentes. A autora ressalta que “havia professores surdos também, mas suas ‘vozes’ não foram ouvidas e excluídas de seus direitos de votarem”. Desse Congresso resultaram oito resoluções que garantiam a hegemonia do oralismo.

Passado o evento, o método oral foi adotado pela maioria dos países. A língua de sinais foi proibida oficialmente. As consequências foram nefastas para a educação dos surdos, que perderam na qualidade do ensino, resultando em estudos com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas. Alguns dos efeitos negativos resultantes do oralismo e práticas educacionais referentes a esse referencial são apontados por Lacerda (1998). A autora explica que “a maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória [...] o desenvolvimento era parcial e tardio [...], implicando um atraso de desenvolvimento global significativo”.

Quadro esse também visualizado por Skliar (2005, p.16). Ele corrobora com tal caracterização e complementa que o evento foi “um marco histórico que cristalizou a hegemonia do ouvir e do falar, e que se desdobrou em uma série de reformulações nas estruturas, nos currículos e nas metodologias de várias instituições de então”.

Cabe lembrar, que após um século, as resoluções do Congresso de Milão e a reestruturação da educação dos surdos foram sofrendo forte rejeição, culminando no 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos, em julho de 2010, quando as oito resoluções do Congresso de Milão foram rejeitadas, um prenúncio das lutas surdas pela manutenção e reconhecimento de sua cultura.

A seguir proporcionamos uma reflexão a respeito de um trabalho de investigação desenvolvido em nível de pesquisas ligadas ao curso de licenciatura Letras Libras da Universidade Federal do Paraná sobre o projeto institucional “Gêneros textuais e o

ensino para surdos” da UFPR (BANPESQ/THALES 20160221902), cujos dados apresentados são resultado final do projeto de iniciação científica intitulado “História da Educação de surdos contada em HQ”.

RECURSOS DE DIVULGAÇÃO NO CONGRESSO DE MILÃO

A partir dos resultados obtidos no trabalho de investigação sobre gêneros textuais e o ensino para surdos”, da Universidade Federal do Paraná, percebemos que o Congresso de Milão foi o principal estímulo para a construção da história em quadrinhos idealizada por Almeida (2016).

Inicialmente, Silva (2018) caracteriza a História em Quadrinhos como um material didático, educacional e interdisciplinar centrada em narrar visualmente 100 anos de repressão das línguas de sinais no mundo. O autor acentua que, a eficácia da linguagem dos quadrinhos no contexto diário e educacional, somada às preocupações e adaptações realizadas pelos autores Almeida e Cezar²² (2018) vão ao encontro dos aspectos visuais das línguas de sinais e aproximam a leitura da cultura surda e dos curiosos na área.

Silva (2018) contextualiza o tema com o intuito de evidenciar sua relevância, relatando que o Congresso de Milão discutiu metodologias de ensino para surdos. O autor explica que essa conferência internacional de educadores de surdos aportou uma disputa entre dois métodos, sendo um deles, o método francês, o oralismo, liderado por Charles Michel l'Épée e o outro, o método alemão, liderado por Samuel Heinicke. Ele explica que,

O objetivo foi discutir e definir a escolha do método para a educação de surdos. O método oral foi o mais votado para ser adotado por escolas de surdos. Com essa escolha, a língua de sinais foi banida das escolas. A maioria dos votos pelo método oral foi dada por ouvintes, por desconhcerem a importância das línguas de sinais para os surdos. A maioria dos presentes no Congresso de Milão acreditava que a língua de sinais era a causa da violação das habilidades orais das pessoas surdas. Alegava-se que as pessoas surdas tinham “preguiça” de falar e preferiam usar a língua de sinais (SILVA, 2018, p. 5).

²²Autores do Projeto de Iniciação Científica do PIBIC, da Universidade Federal do Paraná-UFPR, intitulado “Criação da HQ para história de surdos” contada por meio do gênero textual História em Quadrinhos (HQs) e desenvolvido por meio de pesquisas vinculadas ao curso de licenciatura Letras-Libras nos anos de 2017-2018.

Silva (2018) destaca que, em todo mundo, a língua de sinais foi proibida durante cem anos e dessa forma, “os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura e sua identidade surda, obrigados a se submeterem a uma ‘etnocentria ouvintista’, sendo forçados a imitá-los e a se esforçarem em parecer ouvintes” (STROBEL, 2006, p. 247).

Tal situação levou a medicina a considerar a “surdez como uma doença e os surdos como deficientes” e, conseqüentemente, à necessidade obrigatória de tratamento. Assim, a medicina passou a focar na correção da audição, ignorando a pessoa surda e sua cultura-língua-educação. Desse modo, as instituições educacionais iniciaram um trabalho de “reabilitação auditiva, focada apenas no falar e ouvir dos alunos surdos, esquecendo o valor da educação para o desenvolvimento cognitivo e o raciocínio” como explica Silva (2018). Essa concepção clínica induziu às escolas a desprezar o método da língua de sinais que vinha utilizando e aderir ao método oral.

Cabe, diante de tal contexto, sublinhar o sofrimento dos sujeitos surdos que, durante um século, não puderam desenvolver a sua língua. Tiveram suas habilidades podadas, vivendo sufocados e aprisionados a uma língua que não era a deles e, a qual não tinha a mínima condição de aprender por conta de suas especificidades. Foi uma negligência mundial a esses sujeitos.

Um cenário que reforça o quão importante foi transformar o conteúdo do Congresso de Milão em quadrinhos, destacando o centenário de opressão dos surdos no mundo e a preocupação em criar materiais bilíngues para estas pessoas.

Ao se referir à opção pelo gênero textual história em quadrinho na educação desses sujeitos, Silva (2018) justifica que “se deve a uma preocupação real dos aspectos culturais, linguísticos e históricos que envolvem toda e qualquer forma de aprendizado, com destaque às narrativas visuais para os surdos”.

Percorrendo no viés da relevância da HQ no desenvolvimento cognitivo dos surdos, cabe considerá-la “um gênero promissor para uso didático no ensino para surdos, visto que, é definida como uma forma de expressão artística, em que a estimulação visual prevalece” (CEZAR e ALMEIDA, 2016), visão essa reforçada nos argumentos de Silva (2018, p. 6) ao ressaltar que os “Gêneros textuais em HQ tomam forma diferente, porque a língua de sinais é uma língua visual-espacial e, portanto, contém formas de expressão que o espectador pode apreciar, usando principalmente sua experiência visual e cultural (dos surdos)”.

Para esses autores, abordar a história dos surdos leva à reflexão sobre os recursos e ferramentas de aprendizagem que ajudam o professor no ensino bilíngue. Mostra uma das principais razões para adotar as HQs na prática pedagógica por serem leituras atrativas para os estudantes. A esse respeito Vergueiro (2010) contribui apontando algumas de suas importâncias no contexto escolar:

i.) Os estudantes querem ler os quadrinhos; ii.) Palavras e imagens, juntos, ensinam de forma mais eficiente; iii.) Existe um alto nível de informação nos quadrinhos; iv.) As possibilidades de comunicação são enriquecidas pela familiaridade com as histórias em quadrinhos; v.) Os quadrinhos auxiliam no desenvolvimento do hábito de leitura; vi.) Os quadrinhos enriquecem o vocabulário dos estudantes; vii.) O caráter elíptico da linguagem quadrinística obriga o leitor a pensar e imaginar; viii.) Os quadrinhos têm um caráter globalizador; ix.) Os quadrinhos podem ser utilizados em qualquer nível escolar e com qualquer tema (VERGUEIRO, 2010, p. 21-25).

Esse leque de motivações amplia o interesse dos educandos, bem como, enriquece a comunicação, auxiliando na compreensão dos significados. Cabe mencionar que o uso das HQs é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96 e que a oficialização do uso desse gênero ocorreu de forma mais sistemática, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – os PCNs.

Por fim, Almeida e Cézar (2018) apresentam o material bilíngue para surdos que objetivou narrar visualmente o tema “Congresso de Milão”, reportando-se à época em que se proibiu a língua de sinais no mundo e oprimiu a comunidade surda, que sofre danos até os dias atuais. Além disso, os autores ressaltam os resultados pretendidos com esse trabalho, sublinhando suas contribuições acadêmicas, científicas e social:

Acadêmicas - incentivar alunos de graduação a trabalhar com temas e com gêneros que mais se identificam, como também, envolver mais alunos nessa temática sem considerá-la uma “brincadeira”, “diversão” sem fim teórico. Científicas e social: a divulgação de um e-book em preto e branco, com a formatação para impressão, leva em consideração os pressupostos teóricos da democratização do ensino, função que as HQs têm por natureza (ALMEIDA e CÉZAR, 2018, p.10)

Contudo, Almeida e Cézar (2018) acentuam que,

A HQ criada não se trata de um material milagroso ou de uma receita para o ensino do tema em questão, mas sim de um instrumento de trabalho possível que depende do processo de interação e envolvimento do professor-aluno e o uso desse gênero em sala de aula (ALMEIDA E CÉZAR, 2018, P.10)

Dessa forma, enxerga-se que a expectativa é que o citado instrumento venha enriquecer a prática pedagógica e estimular reflexões, metodologias diferenciadas e, como objetivaram Cézar e Almeida (2018, p.10), “contribuir nos aspectos acadêmicos e científicos” para que haja aprofundamento desse conhecimento, adequação e elaboração de métodos outros que venham auxiliar na tarefa de educar, ensinar e aprender. Considerando que,

[...] um dos preceitos da filosofia bilíngue é a de que os surdos são sujeitos singulares com sua própria língua e cultura [...] não necessitam ser comparados aos ouvintes, pois possuem oficialmente / reconhecidamente sua língua, que é a língua de sinais, e fazem parte de uma cultura, na qual as experiências visuais são marcas de sua identidade (MIRAIS, 2009, p. 4).

Assim, o que os surdos necessitam, na verdade, é serem vistos como eles próprios, com suas particularidades, culturas e com respeito, pois como qualquer outra pessoa, eles apresentam dificuldades e facilidades para aprender alguma coisa. Ninguém é hábil em tudo, porque cada pessoa é única mesmo nas diferenças.

O contexto que se apresenta evoca uma discussão sobre o gênero textual história em quadrinhos a (HQs) com o intuito de aprofundar o conhecimento a esse respeito e atender as necessidades específicas da pessoa surda para obter aprendizagem significativa. O gênero é considerado um recurso interdisciplinar com contribuições relevantes, em especial, para o ensino de línguas, como veremos a seguir.

O GÊNERO HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs)

A percepção de mundo do surdo é realizada pelo tato e principalmente pela visão. Então, por que não relatar a história da educação de surdos por meio de um instrumento que os identifica: as HQs?

Sabe-se que a referência visual veicula as mensagens de forma dinâmica e interativa desde sua aceitação até os aspectos metodológicos que envolvem o seu ensino e aprendizagem.

Nesse viés, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 26) dizem que “o texto se organiza dentro de um determinado gênero”. Logo, cada enunciado utilizado em

interações sócio-comunicativas está inserido em algum gênero discursivo. Segundo Marcuschi (2005):

Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa (MARCUSCHI, 2005, p.19).

A partir do que nos coloca o autor, compreendemos que os gêneros textuais estão contidos na nossa vida cotidiana e que não nos comunicamos a não ser por algum gênero textual. Entendimento que podemos encontrar na teoria dos gêneros do discurso de Bakhtin, quando sublinha que [...] se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 2000, p.301-302).

Os argumentos postos permite-nos reconhecer a relevância do emprego do gênero HQs, que ilustrou o Congresso de Milão, numa narrativa que facilitou o entendimento dos surdos pela vantagem das várias leituras que se pode extrair. São palavras, expressões, formato dos balões, imagens, contexto usados para abarcar a atenção do leitor seja ele um ouvinte ou um surdo.

Além disso, o gênero desperta o interesse dos estudantes de todas as idades. Considerações essas que se fortalecem nos dizeres de César (2015), ao enfatizar que os gêneros textuais se apresentam como um dos recursos de ensino-aprendizagem mais eficazes para o ensino de surdos e para promover a reflexão sobre o funcionamento da Língua Brasileira de Sinais.

Ramos (2014) corroborando com o autor, complementa suas considerações e classifica os quadrinhos como um riquíssimo material de apoio didático, por propor aos discentes um bom debate e um maior aprofundamento do que seja o uso da língua.

As HQs cabem lembrar, dá ênfase ao aspecto visual, sendo de grande interesse dos aprendizes surdos, podendo propiciar o fortalecimento do hábito de ler. De acordo com Barbosa e Vergueiro (2004):

Palavras e imagens, juntos, ensinam de forma mais eficiente – a interligação do texto com a imagem, existente nas histórias em quadrinhos, amplia a compreensão de conceitos de uma forma que qualquer um dos códigos, isoladamente, teria dificuldades para atingir. (BARBOSA & VERGUEIRO, 2004, p.22)

Assim, vê-se que a junção da palavra e a imagem podem ampliar o raciocínio, a visão, as possibilidades de melhor a interpretação de textos, sejam os estudantes surdos ou não, pois existe uma interligação entre ambos.

Mirais (2009) também foca a importância das HQs no processo didático pedagógico quando afirma que:

A linguagem característica dos quadrinhos e os elementos de sua semântica, quando bem utilizados, podem ser aliados ao ensino. A união do texto e desenho consegue tornar mais claro, para a criança, conceitos que continuariam abstratos se confinados unicamente a palavra (MIRAIS, 2009, p. 4).

Portanto, a HQ configura-se uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da L2 (segunda língua) dos alunos surdos, assim como dos demais alunos no processo de leitura, pois os quadrinhos proporcionam um maior número de pistas contextuais. Lembrando que, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua natural dos surdos (L1) e, a partir dela têm-se o ensino da L2, no caso do Brasil, a língua portuguesa.

Como se vê, as HQs são uma das mais ricas e produtivas formas de expressar diversas temáticas, e na qual se faz presente a relação entre palavra – imagem e diferentes leituras, principalmente quando essas são utilizadas como canais de interação social, de construção de conhecimento e de inclusão do discente surdo nas atividades da sala de aula, com oportunidade equânime de aprendizagem numa educação inclusiva.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva pode ser idealizada como a competência de aproximar a todos, independente de suas condições, o que possibilita uma revisão de nossas práticas, para assim, construir a escola da diversidade.

Na escola de todos, princípio fundamental da Educação Inclusiva, de acordo com a Declaração de Salamanca (1994), não há espaço para práticas que estabeleçam o domínio de aprendizagem de todos da mesma forma, mesmo diante de qualquer dificuldade ou diferenças que apresentem, todos os estudantes precisam e têm o direito de aprenderem juntos, e essa inclusão acontece por meio de acesso a um currículo flexível e adaptado, com atividades e materiais diversificados.

Martins (2006) considera alguns elementos fundamentais para que a escola seja aberta a todos:

Adoção efetiva de políticas inclusivas; Gerar mudanças na escola para que atenda as necessidades de todos; Levar os professores à reflexão sobre seu compromisso com a aprendizagem de todos, preparando-os para ensinar; Possibilitar que os alunos especiais possam sentir-se integrados à escola, “aceitos e apoiados por seus pares e pelos demais membros da escola” (MARTINS, 2006, p.19, grifo do autor).

A inclusão educacional abrange novos recursos físicos, materiais, atitudes, um currículo multicultural que seja aberto e acessível à diversidade. É muito comum encontrarmos nas escolas regulares práticas de exclusão e representação em relação aos alunos especiais, por serem diferentes dos alunos considerados “normais” (VAGULA e VEDOATO, 2014, p. 04).

Vagula e Vedoato (2014, p. 04) destacam ainda que, “muitas vezes associam a diferença a doenças e anormalidades ou esse indivíduo passa a ser considerado incapaz de aprender”, isso pode acontecer pelo fato do despreparo dos profissionais para lidar com essa diversidade na sala de aula. É importante que se pense e repense sempre no cotidiano escolar, possibilitando transformações no projeto educacional e mudanças relevantes para incluir esses alunos especiais.

Em se tratando dos alunos surdos, a inclusão na sala de aula torna-se um desafio ainda maior, pois o processo de estudo e reconhecimento da Libras, no Brasil e nos outros países, é recente, como cita Vagula e Vedoato (2014, p.156).

A Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil pela Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002, sendo regulamentada somente três anos mais tarde pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Ressaltando a citação das autoras, vale destacar que ainda sendo uma língua considerada nova, a Libras não lhe confere o título de língua menos desenvolvida, pois:

Há várias pesquisas no Brasil sobre ela e as medidas aplicadas pelo Decreto nº 5.626/05 favorecem sua disseminação, principalmente no âmbito educacional, e contribuem para que aos poucos as concepções inadequadas cedam lugar ao conhecimento e valorização dessa língua (VAGULA E VEDOATO, 2014, p. 156).

Dessa forma, percebe-se o quanto é importante que o conhecimento da Libras seja estendido aos professores, seja com cursos de capacitação ou enfatizando de forma mais pertinente a disciplina nos cursos de graduação, para assim, darem o suporte necessário a seus discentes surdos, corroborando para o ensino-aprendizagem.

A prática de inclusão leva crianças, adolescentes e adultos a aprenderem a conviver com a diversidade, adquirindo experiências que atribuem suporte ao enfrentamento do preconceito. Para isso, precisamos que as escolas aprendam a conviver equilibradamente com as diferenças, oferecendo a seus estudantes uma educação de qualidade, que seja harmônica com o que retrata os princípios do modelo da inclusão que se efetivou no século XX.

Sabe-se que por muito tempo as pessoas com necessidades especiais foram exclusas da sociedade, geralmente, sem oportunidades que pudessem incluí-las no âmbito social do qual faziam parte, pois eram vistas como pessoas improdutivas, incapazes, deficientes intelectuais e físicas, e por isso, mantidas isoladas.

A história mostra essa verdade, que ao longo dos séculos essa realidade foi se modificando gradativamente e, nos séculos XVII e XVIII, as pessoas com deficiências começaram a ser valorizadas como ser humano, a partir da consideração de sua patologia. Entretanto, somente a partir do século XIX que é que foram criadas as primeiras instituições para os deficientes, mas ainda, com a oferta de atendimento precário, digno do paradigma da exclusão.

Vagula e Vedoato (2014) destacam que por volta de 1950 foram criadas as escolas especializadas e as classes especiais em uma perspectiva assistencialista e com a atuação das instituições filantrópicas. As autoras ainda acrescentam que:

No início do século XX, a segregação passa a dar lugar à integração, predominando atitudes de educação /reabilitação, onde ocorre a preocupação com a aprendizagem de alunos com deficiência. Com essa proposta, na década de 70 os alunos passam a frequentar a escola regular, momento cercado por produções na área da Psicologia e Pedagogia (VAGULA E VEDOATO, 2014, p. 13).

Pode-se notar, então, que a duras penas, a educação inclusiva sofre avanços significantes no decorrer de seu surgimento.

No Brasil, após muitos fracassos na implantação das instituições escolares destinadas a pessoas com deficiência, entre 1930 e 1940, expandiu-se consideravelmente

o número de instituições dedicadas ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais, contudo:

A quase totalidade dessas instituições, na maioria das vezes ligadas as origens religiosas, revestia-se de caráter filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania (BUENO, 1993, p. 90).

Nesse contexto, percebe-se que as inclusões dos indivíduos com necessidades especiais ainda não estavam embutidas no âmbito escolar de forma que os envolvessem no ensino aprendizagem produtivamente, mas apenas relacionados à caridade.

O atendimento a deficiência mental também se ampliou no Brasil, como as seguintes instituições: Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1932); Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz (São Paulo, 1936); Escola Especial Ulisses Pernambucano (Recife, 1941), Escola Alfredo Freire (Recife, 1942); Instituição Beneficente Nosso Lar (São Paulo, 1946); Escolinha de Arte do Brasil (Rio de Janeiro, 1948) e Escola Professor Alfredo Duarte (Pelotas, 1949).

Muitas conquistas da educação inclusiva também vieram através dos seguintes Decretos: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB (Decreto nº 42.728, de 03/12/57) (BRASIL, 1957), a Campanha Nacional de Educação dos Cegos – CNEC (Decreto nº 44.236, de 31/05/60) (BRASIL, 1960a) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME (Decreto nº 48.961, de 22/09/60) (BRASIL, 1960b).

E, trazendo normas destinadas a assegurar e a promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, com vistas à sua inclusão social e à cidadania, eis que surge a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (LEI Nº 13.146/2015). Denominada também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, nasce para dar efetividade à Convenção Internacional da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados pelo Brasil, em Nova York, no dia 30 de março de 2007. Este instrumento legal deslocou o conceito deficiência de uma condição estática e biológica da pessoa, levando-a a ser tratada como arremate da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo, como versa o artigo 2º, dessa Lei.

No que se refere à Língua Brasileira de Sinais, que passou a ser mais um alvo de estudos linguísticos no Brasil, seu progresso foi gradativo e enfrentou muitos conflitos para conquistar seu espaço. Após muitos estudos linguísticos, a Libras passou a ser considerada não mais um problema dos surdos ou uma patologia da linguagem, mas como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo.

Assim, a Libras hoje é considerada uma língua legítima e indispensável para aquisição de conhecimento da criança surda, desempenhando importante função como estruturante do pensamento, base essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança surda e para a formação da sua identidade.

Diante das muitas conquistas na educação inclusiva, a qualidade no atendimento foi se aprimorando. Hoje, as instituições de ensino são orientadas a tornar o espaço escolar o menos restrito possível, porém, ainda está em um processo de transição de um modelo parcial de inclusão para a inclusão total.

Notadamente, na sociedade contemporânea, a educação inclusiva é um dos temas que estão no cerne dos debates. A escola aparece com a imprescindível função de evitar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

Os avanços são significativos no processo de inclusão educacional, entretanto, a realidade ainda é de “exclusão velada”. As escolas matriculam alunos surdos na modalidade regular, porque a lei dá garantias de que “a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita preferencialmente na rede regular de ensino e, ainda, à educação adaptada às suas necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1996), porém, na maioria das vezes, essas instituições não possuem a mínima estrutura para alfabetizar uma criança surda, tampouco dar viabilidade de progressão escolar. É nesse sentido que:

Atualmente, as escolas tanto da rede pública quanto privada, baseiam-se no ato de inserir os surdos nas classes regulares, para terem uma educação semelhante à dos ouvintes e oferecerem igualdade de oportunidades. Infelizmente, essas mesmas escolas não estão preparadas para tratar esses alunos com igualdade, até porque eles não são iguais aos ouvintes, pois possuem necessidades diferentes (CARVALHO, 2012, p. 04-05).

Para a autora, o problema não reside na inserção dos alunos surdos nas turmas regulares, mas na ausência de estrutura e preparo específico de seus profissionais, necessários ao atendimento desse público. É preciso, antes de tudo, que ao matricularem e incluírem esses alunos em salas de aulas regulares, os educadores dessas instituições

tenham o cuidado de não interpretar erroneamente a questão da igualdade, tendo em mente que essa se refere a condições de aprendizagem. Mais importante do que inserir um estudante em uma sala de aula regular é fornecer as condições necessárias, com metodologias adaptadas, para que esse possa alcançar o aprendizado assim como os demais estudantes.

Dentre algumas dificuldades que as escolas encontram na inclusão dos alunos surdos nas salas regulares, Carvalho (2012) destaca “a escassez de pessoas capacitadas a atuar como intérprete dentro das escolas” sendo uma das mais evidentes, a autora diz ainda que esse aspecto se dá pelo seguinte motivo:

No Brasil, poucos têm formação específica para serem intérpretes, mesmo com o crescimento do número de cursos oferecidos, já que eles se concentram nos grandes centros, atingindo um número restrito de pessoas. No interior esse quadro é ainda mais crítico, já que esse tipo de atividade exige dedicação, estudo contínuo e grande disponibilidade de tempo (CARVALHO, 2012, p. 05).

Assim, atentos à discussão ora exposta, pode-se fazer um link com a realidade dos contextos educacionais dos quais todos, de alguma forma, fazem parte. Seja no exercício da docência, seja na condição de estudantes, seja na condição de cidadão dotado de direito e deveres. O que aqui impera é perceber que esses entraves na educação dos alunos com necessidades especiais, abre-se um parêntese para os surdos, existem e precisam de solução. As leis estão aí, foram conquistadas, muito se sofreu para alcançá-las, contudo, por si só elas não se realizam. Elas precisam sair do papel e se concretizarem, mas para isso precisa-se de pessoas (educadores, governantes) que as pratiquem e as proporcionem a quem lhe é de direito, para que a inclusão realmente aconteça.

MATERIAL E MÉTODOS

O método de levantamento de coleta de dados foi de cunho qualitativo, por meio de levantamento bibliográfico, numa abordagem exploratória e interpretativa sobre a história dos surdos sua relação com o Congresso de Milão e o gênero textual História em Quadrinhos.

A pesquisa exploratória é em sua essência um levantamento bibliográfico, pois consoante às explicações de Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), tem como finalidade “proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento”, o que se alinha ao percurso metodológico trilhado nesse estudo que teve início na prática da sala de aula, na experiência com aluno surdo, em situação de ensino-aprendizagem, que exigia além do transcrever e responder atividades no caderno, mas também a interação entre professor e estudante. Uma lacuna sentida pelo professor frente à necessidade de ensinar com equidade, mas não saber como proceder.

Tal cenário estimulou a participação em curso de Libras ofertado pelo Centro de Atenção às pessoas com Surdez – CAS, no município de Arapiraca, Alagoas, onde ocorreu o primeiro contato com a língua de sinais e a história em quadrinho que narrou o Congresso de Milão e suas consequências. A leitura dessa obra aguçou a revisão de literatura a respeito da história da educação dos surdos e do gênero textual HQs e consequente produção desse artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na desenvoltura das ações, apresenta-se diante dos saberes adquiridos, que partem do estudo efetuado e reflexão sobre o objetivo alcançado, atem-se, agora, a finalidade de descrever os resultados da pesquisa que foram alcançados. Mostrando-se, portanto, o levantamento de dados que contribuiriam como mecanismo propulsor frente às observações realizadas no contexto da sala de aula, as dificuldades nas interações entre professor e estudantes, nas atividades exploradas de língua portuguesa, tendo-se a sensação de fracasso na maneira de ministrar as explicações, isto é, no ofício de ensinar, na ausência de habilidades de qualidade e equidade para todos.

Então, obteve-se através de estudos e discussões resultados que apontaram entre outros meios didáticos e metodológicos, que as histórias em quadrinhos configuram recursos estimulantes por conter a linguagem mista, através de dinâmicas que passam a oportunizar vários tipos de leituras e interpretações.

Assim, outro resultado foi a tentativa ferrenha de fixação de uma identidade ouvinte nos sujeitos surdos e posicionou-nos num espaço que impossibilitava seu progresso cognitivo. As palavras ditas e expressas por suas mãos foram silenciadas por

longo tempo em consequência do “holocausto linguístico, cognitivo e cultural” (Skliar, 2005, p.16) oriundo do Congresso de Milão, que instituía o oralismo como melhor e único sistema para a educação dos surdos.

No círculo dos resultados obtidos, e considerada expressiva, está a discussão com ricos argumentos que apontam o gênero textual HQs na qualidade de importante instrumento de trabalho para com esses estudantes, por conter uma linguagem mista, que fala através de imagens, expressões, palavras, provocando, dessa forma, a sensação de prazer e estímulo à emoção.

E, ainda, como resultado positivo, a mudança de comportamento daqueles sujeitos que se fizeram presentes durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa, ressaltando-se, aqui, os pontos e momentos mais marcantes, quando se fazia reflexões sobre o estudo em pauta.

CONCLUSÃO

A presente discussão que buscou compreender a importância da cultura surda, alargando o conceito de inclusão, reforçando o tema e o uso das HQs, no processo ensino-aprendizagem, passou por uma breve explanação sobre “o Congresso de Milão” e suas consequências; tratou sobre os recursos de divulgação desse evento abordando a história dos surdos e reflexões a respeito de ferramentas que auxiliam o professor no ensino bilíngue, mostrando razões para adotar o gênero textual História em quadrinhos – HQs, na prática pedagógica, discutindo a respeito do o gênero e envolvendo teóricos, pesquisadores e estudiosos da área. Percorreu pelo tema Educação Inclusiva e, nesse cenário, evidenciou as tentativas ferrenhas de fixação de uma identidade ouvinte nos sujeitos surdos que impossibilitavam seu progresso cognitivo.

Nesse contexto, as palavras ditas e expressas pelas mãos que falavam foram silenciadas por longo tempo em consequência do “holocausto linguístico, cognitivo e cultural” (Skliar, 2005, p.16) oriundo do Congresso de Milão, que instituía o oralismo como melhor e único sistema para a educação dos surdos.

Aponta que, apesar dos avanços conquistados com a aprovação de leis a exemplo da 10.436/2002 e do Decreto-lei nº 5.626/2005 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, os sistemas educacionais continuam aquém do

cumprir esses direitos básicos essenciais e parecem engatinhar morosamente nesse percurso. Contudo, não deixa dúvidas de que essas conquistas precisam chegar a quem lhes é de direito.

Evidencia, que no leque das importantes conquistas da atualidade, com intenções de inclusão, o surdo é reconhecido em suas especificidades, todavia, o atendimento às suas necessidades ainda é tímido, carecendo construir conhecimentos acerca de práticas educacionais específicas para o educando com surdez, com enfoque no ensino-aprendizagem. No entanto, não se pode atribuir tamanha responsabilidade somente ao professor. Ele não pode tudo sozinho. Precisa de apoio, de formação continuada que subsidie sua prática pedagógica especializada. O desafio está posto e reinventar-se é a palavra de ordem para docente, em favor do seu discente, e da sua própria consciência.

Estamos diante de seres de linguagens híbridas, ouvintes e surdos, com necessidades comuns: a comunicação, numa busca constante e necessária pelo conhecimento, pois há os que falam com as mãos, os que ouvem com os olhos, os que silenciam com a boca, mas todos eles (nas suas diferenças) clamam numa só voz pelo direito de iguais oportunidades. Nada além, do possível, do que se situa no campo da respeitabilidade, lugar de onde tudo deve começar e permanecer.

Assim, chegamos ao ponto que pretendíamos: provocar reflexões sobre a valorização da cultura surda e sobre o conceito de inclusão. Abordamos sobre os efeitos do Congresso de Milão e o uso das histórias em quadrinhos (HQs) no processo ensino-aprendizagem, lançamos um olhar sobre essa metodologia diferenciada e promissora. Esperamos estimular novos olhares para a temática e contribuir nos aspectos acadêmicos e científicos, para que outros, assim como nós, possam encontrar na literatura e no teor dos nossos escritos, métodos outros que possam auxiliar na incrível dinâmica do aprender para ensinar, ensinar para aprender. Não estamos encerrando a discussão, estamos estimulando uma nova.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, L. G. P. de; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo. **O congresso de Milão**. Araraquara-SP: Letraria, 2018
2. BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

3. ———. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.
4. BARBOSA, A; VERGUEIRO, W. (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
5. BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 19 mar 2021.
6. ———. **Lei nº 12.319 de 01 de Setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12319.htm. Acesso em: 19 mar 2021.
7. ———. **Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008**. Institui o Dia Nacional dos Surdos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11796-29-outubro-2008-582804-publicacaooriginal-105594-pl.html>. Acesso em: 19 mar 2021.
8. ———. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <L9394 (planalto.gov.br)>. Acesso em 26 jan. 2021.
9. ———. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.
10. ———. **Decreto nº 48.961, de 22 de Setembro de 1960**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Brasília: Câmara dos Deputados, 1960. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48961-22-setembro-1960-388634-norma-pe.html>. Acesso em: 18 mar 2021.
11. ———. **Decreto nº 44.236, de 1º de agosto de 1958**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44236-1-agosto-1958-383373-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar 2021.
12. ———. **Decreto nº 42.728, de 3 de Dezembro de 1957**. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar 2021
13. BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
14. CARVALHO, R. P. Q. de. O surdo e o mercado de trabalho: conquistas e desafios. São Paulo, v. 1, n. 4, p. 105-111. **Anais do IV Seminário Eniac 2012**. Disponível em: <http://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais/article/view/91/96>. Acesso em: 07 jul. 2018.
15. CEZAR, K. P. L. **Uma proposta linguística para o ensino da escrita formal para surdos brasileiros e portugueses**. 2014. 165 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115626>>. Acesso em 07 Jan 2021.
16. CEZAR, K.P.L. **Escrita: uma proposta linguística de ensino para educação bilíngue dos surdos**. Relatório de pós-doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu-PR, Unioeste, 2015.

17. CRISTIANO, A. **Impacto do Congresso de Milão na educação dos surdos.**
In: <https://www.libras.com.br/congresso-de-milao> 2017. Acesso em 26 jan. 2021.
18. MARCUSCHI, L. A. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
19. MARTINS, L. A. Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
20. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais - **Adaptações Curriculares: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC, 1999.
21. MIRAI, M. S. **Produção de história em quadrinhos (HQs) no computador como estratégia de ensino da língua portuguesa para alunos surdos.** Londrina- PR: SEED, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/mariastellamirais.pdf Acesso em: 20 maio 2020 .
22. ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).** Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Vitória: Ministério Público do Trabalho, Projeto PCD Legal, 2014. (Projeto PCD Legal). Disponível em: www.pcdlegal.com.br. Acesso em: 19 mar 2021.
23. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.
24. RAMOS, P. Os quadrinhos em aulas de Língua Portuguesa. In.: BARBOSA, A. et al. **Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2014.
25. SILVA, D. Prefácio. In: ALMEIDA, Luiz Gustavo Paulino de; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo. **O congresso de Milão.** Araraquara-SP: Letraria, 2018.
26. SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez – um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2005a.
27. STROBEL, K. L. **História da educação de surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.
28. VAGULA, E; VEDOATO, S. C. M. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais.** Londrina: UNOPAR, 2014.
29. VERGUEIRO, W. **A linguagem dos quadrinhos: uma “alfabetização” necessária.** In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.